

17 DE MAIO, DIA DE VERGONHA DO BUNDESTAG ALEMÃO

Posted on 18. Mai 2020

Quando a razão de Estado substitui a Lei Fundamental, o direito internacional e os direitos humanos

Um ponto de vista de Jochen Mitschka.

Num e-mail enviado a um membro alemão do Bundestag, critiquei a discriminação do movimento BDS no Bundestag alemão em 17 de Maio. Ofereci informações sob a forma de um e-book (1). Normalmente, os deputados não responderam de todo ou enviaram uma ligação para a opinião oficial do grupo parlamentar. Ninguém estava interessado numa discussão, num litígio ou numa informação oferecida. No entanto, destacaram-se duas respostas das reacções. Estes deputados ficaram obviamente indignados por eu estar a questionar a sua opinião. Um e-mail emana tanta ignorância ou chutzpah que não o quero esconder do estimado eleitor para mostrar quais os representantes, escolhidos pelos partidos, que deram a sua legitimidade através de eleições.

As alegações de um membro do Bundestag:

"Caro Sr. Mitschka, obrigado pela sua carta de ontem. O senhor critica a decisão maioritária do Bundestag alemão de chamar anti-semita à BDS. Os seus amigos judeus também ficaram chocados. Os meus amigos judeus não o são. As reacções das associações e organizações judaicas são também unanimemente positivas. Mesmo aqueles que criticam o governo de Netanyahu descrevem o BDS como aquilo que ele é: anti-semita.

Obviamente, este deputado só conhece associações e organizações que não estejam em oposição à política do apartheid . Provavelmente nunca visitou o website de BTselem.org, uma organização de direitos humanos também financiada pela UE. Presumivelmente também não conhece a Al-Haq - Organização Palestiniana para os Direitos Humanos (POHR), a PHRIC, a PHR, ou o PCATI. Já para não falar da organização "Breaking the Silence", na qual saem ex-soldados israelitas que estavam ao serviço das forças de ocupação (2).

O que o deputado provavelmente também não sabe é que a chamada "oposição a Netanyahu" no Knesset representa também um sionismo que considera legítima a limpeza étnica de Israel durante a fundação do

Estado e também dos territórios hoje ocupados. David Sheen deixou isto claro numa palestra:

"(...) Foi o Partido Trabalhista que se comprometeu com o Nakba, foi o Partido Trabalhista no poder que expulsou centenas de milhares quando Israel foi fundado, em 1948. Foi o Partido Trabalhista que esteve no poder e conquistou a Cisjordânia, Gaza e os Montes Golan e Jerusalém Oriental. Era o Partido Trabalhista que estava no poder quando o movimento de colonização começou. E foi Shimon Peres quem colocou o seu apoio nos colonatos e foi Jitzchak Rabin quem partiu os ossos dos palestinianos na primeira Intifada. Então, podemos realmente considerar o Partido Trabalhista como um partido de paz"? (3)

Em seguida, explica que o processo de paz de Oslo foi criado nas costas do Partido Trabalhista e que o ministro responsável há muito que abandonou o partido, porque compreendeu que o partido nunca estaria disposto a concordar com uma solução de dois Estados. (3)

Por outras palavras: a chamada oposição política também tem uma política em relação aos palestinianos que é comparável à de Netanyahu. A parte da oposição que é a favor da integração palestiniana e/ou de uma solução justa de dois Estados tem apenas um pequeno estatuto minoritário no Knesset, onde o estatuto de apartheid de Israel é reconhecido. É triste que um membro do Bundestag alemão que esteve envolvido na decisão sobre uma questão tão importante em 17 de Maio saiba tão pouco sobre a paisagem política do país e sobre a sociedade israelita.

O deputado também não tem certamente conhecimento da reacção de um dos mais importantes jornais liberais de esquerda de Israel, o Haaretz. "A Alemanha acaba de criminalizar a justiça. Uma mistura de justificados sentimentos de culpa, cinicamente e manipulativamente levados aos extremos mais repulsivos por Israel de forma orquestrada, levou o Bundestag a tomar na sexta-feira uma das decisões mais escandalosas e bizarras desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O Bundestag definiu o movimento de boicote, desinvestimento e sanções contra Israel como anti-semita". (4, ver também 5)

Boicote é anti-semitismo

O e-mail continua a dizer: "Pois a BDS exige um boicote ao Estado de Israel, independentemente do seu

governo. O BDS é dirigido contra os judeus - mesmo fora de Israel. Isto é puro anti-semitismo".

Se um boicote à aplicação das resoluções da ONU, isto é, do direito internacional e dos direitos humanos, se é anti-semitismo, o que são sanções arbitrárias, isto é, sanções da Alemanha contra países não decididos pela ONU, então? Qual foi o boicote contra o apartheid na África do Sul e por que razão, na Irlanda, uma aliança interpartidária introduziu e aprovou uma lei de boicote na Câmara dos Comuns que proíbe a importação de bens produzidos nos territórios ocupados da Palestina? Porque é precisamente o comércio destes bens que é ilegal à luz do direito internacional.

Mas as empresas e autoridades israelitas alegam enganosamente que Israel é o país de origem destes produtos para poderem beneficiar de preferências pautais. Por conseguinte, o apelo ao boicote da campanha BDS abrange inevitavelmente todos os produtos com a marca "Israel" que também poderiam ter sido produzidos nos colonatos.

O facto de a Alemanha e, por conseguinte, também a UE, impedir há anos que as mercadorias provenientes dos territórios ocupados sejam marcadas em conformidade foi já criticado por um tribunal da UE, tendo sido expressamente formulada esta exigência para que os consumidores tenham a oportunidade de boicotar tais produtos (21). Uma possibilidade, porém, que os deputados do Bundestag consideram como "anti-semitismo".

O terrorismo palestino?

Vamos continuar a ler no e-mail: "Caro Sr. Mitschka, para salvar a honra do BDS, o senhor argumenta que é impossível impedir que os anti-semitas estejam entre os apoiantes. É verdade. Mas poderia muito bem ter-se impedido o Hamas, por exemplo, de assinar o apelo BDS 2005. Mas isso não aconteceu. Permitiram que uma organização terrorista palestina utilizasse o BDS como veículo.

Obviamente, a autora do e-mail não tem conhecimento do quanto a sua argumentação se assemelha à do movimento de liberdade sul-africano ANC (Congresso Nacional Africano), nos anos 60. Os membros do ANC, incluindo Nelson Mandela, foram classificados pelo Governo dos EUA como membros de uma

organização terrorista até Julho de 2008. O próprio ANC só tinha sido retirado da lista de organizações terroristas em 1988 (6).

Ao nomear o Hamas como uma organização terrorista, o deputado opõe-se a uma resolução da ONU que legitima também a resistência armada contra a ocupação israelita. A Assembleia Geral das Nações Unidas confirmou o direito dos povos colonizados, e dos palestinianos em particular, a resistir com "todos os meios disponíveis, especialmente a luta armada" (7). A Assembleia Geral da ONU tinha igualmente declarado que "condena firmemente todos os governos que não reconhecem o direito à autodeterminação e à independência dos povos sob domínio colonial e estrangeiro e à subjugação por estrangeiros, em particular a luta dos povos de África e do povo palestiniano" (8).

Pode-se rejeitar a resistência armada, é verdade, mas chamar representante a um movimento eleito pela maioria dos palestinianos nas eleições, e que também (!) considera legítima a resistência armada contra uma potência ocupante, uma organização terrorista, é muito simplesmente uma política neocolonial que desrespeita o direito internacional, a ONU e os direitos humanos. Hoje em dia, é vergonhosamente esquecido que muitos domínios coloniais só poderiam ser eliminados pela insurreição armada.

Quando se fala de uma organização terrorista, é também interessante comparar o número de vítimas. Por exemplo, o ataque israelita contra a Faixa de Gaza em 2014: A resistência palestiniana, incluindo o Hamas, matou 51 pessoas, incluindo 3 civis, em defesa de Gaza. Contudo, as forças armadas de Israel mataram 1088 pessoas no ataque, incluindo pelo menos 816 civis (9). E esta campanha de aniquilação foi, aliás, destacada pelos partidos israelitas em vídeos publicitários eleitorais durante as últimas eleições parlamentares e prometeu continuar (10).

Ou vejamos mais de perto as técnicas utilizadas pelas forças de ocupação israelitas. Crimes como o "Break the Bones", a quebra de ossos por atiradores de pedra, @IDFheadshot, a morte selectiva de civis muitas vezes com tiros na cabeça, "knee capping", o esmagamento das articulações do joelho, a pulverização dos ossos das pernas por munições especiais, ou o bombardeamento de zonas residenciais densamente povoadas e a destruição de bairros inteiros, o bombardeamento de redacções, meios de comunicação

social, centros culturais e mesmo da Biblioteca Nacional Palestiniana com artefactos e documentos históricos inestimáveis, foram documentados inúmeras vezes. Todos os crimes cuja denúncia é anti-semitismo e teoria da conspiração? Talvez porque os deputados do parlamento alemão nem sequer queiram tratar das fontes. Fontes que são historiadores sérios, cientistas, médicos, jornalistas, para não falar das inúmeras fotografias, vídeos e depoimentos de testemunhas (11). Crimes que, contra a resistência da UE, dos EUA e obviamente de Israel, estão agora a conduzir a investigações pelo Tribunal Penal Internacional, uma vez que o Procurador-Geral está convencido de que foram cometidos crimes de guerra (22). E quem tinha tentado impedir a investigação dos crimes de guerra de Israel?

"Na sua declaração, a Alemanha fez uma declaração em que se referia a "continuar a ser um ardente defensor da luta contra a impunidade". No entanto, a Alemanha decidiu argumentar que o TPI não tinha uma "base jurídica sólida" porque o Estado da Palestina não era "soberano". Não importa que esta exigência não se encontre em parte alguma no Estatuto de Roma, nem o Procurador-Geral Fatou Bensouda a reivindicou. Os palestinianos ainda não alcançaram, obviamente, a soberania - precisamente porque Israel está a ocupar a sua terra. (24)

O apartheid não existe em Israel?

Mas continuemos a ler o e-mail: "A propósito, estão a acusar Israel de política de apartheid". Caro colega Mitschka, esta acusação é exagerada e falsa. Não se torna mais correcto através da repetição constante. A população muçulmana em Israel tem vindo a crescer de forma constante desde há décadas. Os muçulmanos têm direitos iguais e fazem parte da vida pública, na política, na administração e também nas forças armadas. Uma política de apartheid parece diferente".

Bem, para ser honesto, não esperava que as pessoas continuassem a afirmar que não havia uma política de apartheid em Israel. Agora não sei se é intenção ou desinformação que leva a tais afirmações. Vejamos os factos.

O então líder do SPD, Sigmar Gabriel, recebeu críticas depois de já ter falado da situação na Palestina como apartheid em 15 de Março de 2012. À sombra da crise do Irão, a situação na Palestina não tinha melhorado,

mas tinha endurecido ainda mais. E todos os que visitarem a Palestina trarão para casa impressões semelhantes às de Gabriel (12). Mas sim, a pressão exercida sobre ele era demasiado grande para continuar com as suas explicações.

Foi construído um "muro" semelhante ao de Berlim para assegurar um sistema que lembra fatalmente o sistema do apartheid na África do Sul. Depois há as declarações do Prof. John Dugard, um antigo Relator Especial da ONU, que disse: "Sou um sul-africano que viveu o apartheid", disse Dugard. Posso dizer sem hesitação que os crimes de Israel são infinitamente piores do que os cometidos pelo regime do apartheid na África do Sul". (13) Dugard explicou que tinha visitado os territórios palestinianos duas vezes por ano durante sete anos. Que, por outro lado, também conhecia bem a situação na África do Sul durante o apartheid, uma vez que, na altura, tinha trabalhado lá como advogado de direitos humanos. Para ele, os colonos dos territórios ocupados agiram com o mesmo espírito que os sul-africanos brancos durante o apartheid na África do Sul.

Trata-se agora de opiniões individuais. Vejamos o que uma organização da ONU encontrou quando examinou a situação em Israel. "Uma agência da ONU publicou na quarta-feira um relatório em que acusa Israel de impor um "regime de apartheid" de discriminação racial contra os palestinianos e afirma que foi a primeira agência da ONU a fazer esta acusação. (14)

O relatório Reuters refere também que Richard Falk, que foi um antigo investigador das violações dos direitos humanos nos territórios palestinianos, declarou antes de se demitir do seu cargo que a política de Israel incluiria características inaceitáveis de colonialismo, apartheid e limpeza étnica. Mas voltemos ao relatório da ONU.

E numa entrevista, o ex-Secretário Geral da ONU e Secretário Executivo do ESCWA, Rama Kahlif, explicou como surgiu o relatório:

"O relatório examina a definição de apartheid contida na Convenção Anti-Apartheid, analisa as três condições mais importantes, os actos contra a humanidade, o facto de acontecer dentro de um sistema institucionalizado e se estes actos são cometidos com a intenção de manter este regime de apartheid.

Com base nas provas, os autores concluem que Israel estabeleceu um regime de apartheid sobre o povo palestino. Independentemente de viverem em Israel ou nos territórios ocupados ou na diáspora. Ninguém está a escolher Israel em particular. Israel tem-se distinguido por exigir ser reconhecido como um Estado étnico, apesar de ser um Estado multiétnico e multicultural. Israel sai por si próprio quando aprova leis que discriminam os cidadãos com base na religião. Neste momento e no século XXI, isto é totalmente inaceitável". (15)

O relatório foi retirado e Rima Khalaf, a pessoa responsável pelo relatório, teve de se demitir do seu cargo. Os factos permanecem inalterados (16). Até mesmo o TAZ o relatou (17).

E, finalmente, o membro do Bundestag deve estar ciente de que em 2018 foi aprovada no Knesset uma lei que também legitima legalmente a prática de discriminação contra os cidadãos palestinos do país e que foi chamada de "Lei do Apartheid" pela oposição palestina no Knesset. Esta lei levou ao facto de a política do apartheid ser agora também abertamente noticiada nos meios de comunicação social israelitas. O jornal Haaretz escreveu a este respeito:

"Desapareceu" são quaisquer referências à igualdade. Foi substituída por directivas que fizeram de Israel um verdadeiro apartheid, incluindo a desvalorização do estatuto da língua árabe e, portanto, dos cidadãos árabes de Israel" (18).

Por outras palavras, Israel é agora oficialmente um Estado em que todas as outras religiões, excepto a judaica, são discriminadas. Apenas aqueles que têm a religião "certa" gozam de todas as vantagens da cidadania. Isto tem sido explicitamente defendido por vários políticos importantes, incluindo o Primeiro-Ministro Netanyahu. Para a população dos territórios palestinos ocupados desde 1967, por outro lado, a situação é ainda pior do que para os cidadãos árabes de Israel. Não têm praticamente quaisquer direitos.

E quanto ao "A população muçulmana em Israel tem vindo a crescer de forma constante há décadas...", devem ler os relatórios da organização israelita de direitos humanos BTselem ou ver os vídeos que demonstram como, por exemplo, a limpeza étnica em Israel e nos territórios ocupados está a ser promovida através da destruição de casas árabes. Por exemplo, em 30 de Maio de 2019, o vídeo intitulado

"Engineering a Jewish majority by driving out Palestinians" documenta este facto. Mas encontramos tais relatórios semanalmente, por vezes diariamente (19). E não, o BTselem não é realmente anti-semita, mas se fosse, seria também a Comissão Europeia, o Foreign and Commonwealth Office , o Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês, a Open Society Foundations , o EED e a Fundação Ford, todos eles apoiantes desta organização, que obviamente não se encontram entre as fontes dos deputados.

E, como membro de um dos partidos C, um conselho ao eurodeputado: talvez um olhar para o artigo de uma agência noticiosa católica com o título: "Israel: bispos católicos exigem a retirada da 'Lei da Nacionalidade'" ajudará. (20)

Ou que tal a declaração de Ronnie Kasrils, que em tempos lutou contra o apartheid da África do Sul e que explica: "Lutei contra o apartheid da África do Sul". Eu vejo a mesma política brutal em Israel". E, num artigo do The Guardian, afirma: "Estou profundamente perturbado com o facto de os críticos das políticas brutais de Israel serem frequentemente ameaçados com a repressão da sua liberdade de expressão, e tive de experimentar isto em primeira mão". (22)

E é exactamente isto que os membros do Bundestag alemão estão a tentar fazer com a sua decisão de 17 de Maio: ameaçar a liberdade de expressão. E de nada servem as alegações de folha de figueira, segundo as quais as críticas são, naturalmente, permitidas. Pois como se pode criticar algo que se afirma, como no caso do apartheid , que não existe, mas que a afirmação é anti-semitismo?

Tudo apenas teoria da conspiração

"Caro Sr. Mitschka, estou ciente de que estes argumentos quase não lhe saem da cabeça. Pois eu li isso e o que você escreve para o Truthersite Rubicon. O senhor tem a sua própria visão das coisas. Não partilho explicitamente desse ponto de vista".

No final, a coroação, a bofetada com o argumento do homicídio: "Você é uma "Truther" e eu não partilho explicitamente da sua opinião... "porque você é uma Truther", pode-se pensar nisso.

A evolução desde 17 de Maio de 2019

Chegou exactamente como eu receava. Na Alemanha, a possibilidade de informar sobre crimes de um Estado de apartheid foi drasticamente limitada. As pessoas que defenderam o direito internacional e os direitos humanos nos territórios ocupados e os direitos palestinianos em geral foram marginalizadas, excluídas dos acontecimentos, muitas vezes classificadas como anti-semitas.

Por outro lado, os crimes cometidos pelos governos de extrema-direita de Israel continuaram a aumentar. Documentado no meu segundo livro depois de 17 de Maio, que mostra em quase 1.200 páginas numa revista de imprensa que crimes foram cometidos em Israel e arredores em 2019 (23).

E sim, o Governo alemão e a UE têm programas de apoio à Palestina. Por exemplo, o dinheiro dos contribuintes tem sido utilizado para construir sistemas de células solares em comunidades árabes remotas para lhes proporcionar o fornecimento de energia que o sistema de ocupação lhes negava. Apenas ... quando estes sistemas solares foram então destruídos ou confiscados pela potência ocupante, geralmente com base no facto de não ter sido emitida qualquer licença de construção, apenas um encolhimento dos ombros foi seguido. Talvez porque era apenas dinheiro dos contribuintes e não dos deputados?

Em todo o caso, os pesadelos do meu pai e a história de Auschwitz ensinaram-me que não olho para o lado quando ocorre uma injustiça grosseira e as pessoas são perseguidas, expulsas, oprimidas, assassinadas. Por muito forte que seja a corrente dominante.

A maioria dos membros do Bundestag alemão, por outro lado, sacrificou os direitos dos palestinianos no altar da autocomiseração e da absolvição dos pecados do regime nazi por governos racistas de Israel. Mais uma vez, a "razão de Estado" conquista a justiça, o direito internacional e os direitos humanos.

Conclusão

Quando o chefe da ONU avisa que a anexação da Cisjordânia por Israel destruiria a solução dos dois Estados (24), isso é pura hipocrisia. Sem os territórios ocupados pelos colonatos israelitas, não pode haver uma Palestina funcional e ninguém deve tentar deslocar à força 700 000 colonos militantes. Por outras palavras, mesmo sem a anexação, a solução de dois Estados está há muito morta, mesmo antes de 17 de

Maio de 2019.

E é por isso que se deve ouvir Hagai El-Ad com o seu artigo "Israel não precisa de 'conselhos' contra a anexação - precisa de consequências - meio século de ocupação é tempo suficiente para Estados poderosos como a Alemanha aprenderem que a retórica sem acção apenas aumenta a impunidade israelita" (25), e não caluniá-la como anti-semitismo. Mas receio que os deputados alemães, na sua arrogância elitista, conformista e neocolonial, não me dêem ouvidos, mas continuem a ignorar o crime quando a razão de Estado o exigir. Como sempre. E por que razão tenho vergonha da Alemanha é descrita no referido artigo no seu

Sentença final sobre o comportamento da Alemanha:

"Entretanto, Israel continua a destruir os fundamentos do direito internacional aos olhos do mundo, incluindo a Alemanha". Dizer infinitamente que algo está errado sem agir para o impedir não é um "conselho forte" - é cumplicidade. (24)

Fontes:

1. http://www.alitheia-verlag.de/product_info.php?products_id=16
2. <https://www.faz.net/aktuell/politik/ausland/israels-soldaten-als-besatzer-gib-der-armee-keinengrund-dich-zu-erschliessen-15180293.html>
3. https://youtu.be/thdo3_d2aDE
4. <https://www.haaretz.com/opinion/.premium-germany-shame-on-you-and-your-anti-bdsresolution-1.7254386>
5. <https://www.haaretz.com/world-news/europe/.premium-german-parliament-passes-motioncondemning-bds-as-anti-semitic-1.7252038>
6. <https://derstandard.at/3291083/Mandela-soll-von-US-Terrorliste-gestrichen-werden>
7. <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/D7340F04B82A2CB085256A9D006BA47A>
8. <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/C867EE1DBF29A6E5852568C6006B2F0C>
9. http://www.alitheia-verlag.de/product_info.php?products_id=20

10. <https://www.thenational.ae/world/mena/israeli-election-hopeful-brags-about-gaza-bombinginnew-campaign-videos-1.816538>
11. http://www.alitheia-verlag.de/product_info.php?products_id=16
12. <http://www.spiegel.de/politik/ausland/israel-deutschland-beteiligt-sich-finanziell-an-drei-ubooten-a-1174239.html>
13. https://www.democracynow.org/2015/5/6/ex_un_official_john_dugard_israel
14. <https://www.reuters.com/article/us-israel-palestinians-report-idUSKBN16M2IN>
15. <https://youtu.be/eqol1Dki-CM>
16. <https://youtu.be/YWx8-oJQecg> (Video wurde auf YouTube gelöscht)
17. <http://www.taz.de/UN-Bericht-zu-Israels-Politik/!5389845/>
18. <https://www.haaretz.com/opinion/.premium-the-israel-you-know-just-ended-you-can-thanknetanya-hu-1.6292343>
19. <https://youtu.be/4qdTqvtzLes>
20. <https://de.catholicnewsagency.com/story/israel-katholische-bischofe-fordern-rucknahme-des-nationalitatengesetzes-3847>
21. <https://rsw.beck.de/aktuell/meldung/eugh-lebensmittel-aus-israelischen-siedlungen-in-israelisch-besetzten-gebieten-sind-speziell-zu-kennzeichnen>
22. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/apr/03/israel-treatment-palestinians-apartheid-south-africa>
23. http://www.alitheia-verlag.de/product_info.php?products_id=30
24. <https://www.middleeastmonitor.com/20200508-un-chief-warns-that-israels-annexation-of-west-bank-areas-will-destroy-two-state-solution/> und <https://www.972mag.com/germany-israel-annexation-icc/>

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar o artigo.

+++

Origem da imagem: / portadas

+++

A KenFM esforça-se por obter um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir os pontos de vista dos redactores.

+++

Gosta do nosso programa? Informações sobre outras possibilidades de apoio aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora também nos pode apoiar com as Bitcoins.



BitCoin endereço: 18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK